

## A metáfora do cálculo no período intermediário de Wittgenstein

Rafael Lopes Azize

UFPI

rlazize@yahoo.com

**resumo** Este artigo investiga alguns usos da metáfora da linguagem como cálculo em Wittgenstein. A metáfora do cálculo emerge, nos anos 30, numa interlocução com o referencialista, e é ali instrumental na recondução do olhar filosófico para os usos efetivos do simbolismo linguístico. Contudo, foi levada longe demais, ao sugerir uma imagem da linguagem composta apenas de inferências à maneira dos sistemas de regras fechados. Isto embargaria certa expansão pragmática do contexto criterial da análise conceitual. Mas a aplicabilidade do símile do cálculo não é invalidada. A metáfora será reativada em manuscritos posteriores, sempre e quando puder servir aos mesmos propósitos do período intermediário, à medida que o ambiente dialógico convoque novas vozes dogmaticamente referencialistas. Ainda assim, é nos manuscritos intermediários que melhor se esclarece o seu funcionamento. Tal movimento exemplifica, por fim, um método filosófico que não procede por meio da superação de problemas à maneira científica.

**palavras-chave** regras; cálculo; análise; uso; Wittgenstein; pragmática

O recurso ao campo semântico do termo *Kalkül* por Wittgenstein, no início dos anos 1930, é um bom exemplo de um seu traço de estilo não muito glosado pelos comentadores: a antiga virtude da prudência. ‘Cálculo’ é usado em diferentes sentidos; não por inconsistência, e sim porque cada uso serve a diferentes finalidades, conforme o filósofo queira ressaltar este ou aquele aspecto do seu tema, e, em particular, consoante o interlocutor visado na passagem.<sup>1</sup> O nosso objetivo será investigar este movimento do uso da metáfora da linguagem como

Recebido em 15 de junho de 2008. Aceito em 19 de setembro de 2008.

dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 1, p.125-144, abril, 2009

cálculo, através do exame de ocorrências suas em manuscritos do período intermediário.

A metáfora da linguagem como cálculo certamente não soa, num primeiro momento, como um bom exemplo de prudência no estilo do filósofo. Afinal, ‘cálculo’ e ‘linguagem’ (entendida como linguagem natural) parecem dois sistemas simbólicos que comportam aspectos bastante díspares – particularmente no que tange à precisão dos sentidos que permitem articular. A razão para avançarmos que o uso de ‘cálculo’ pode servir como um tal exemplo é dupla. Por um lado, o recurso à metáfora do cálculo tem como pano de fundo tanto um conjunto de recusas quanto um conjunto de conservações relativamente às posições anteriores, e bem assim novas aberturas investigativas. O exame da noção de ‘cálculo’ constitui, assim, diga-se de passagem, um bom lugar de estudo do chamado período intermediário. Por outro lado, nem um nem outro desses conjuntos é recusado ou conservado segundo a chave da *superção de um problema*, à maneira científica. O objeto de conservação ou recusa não será toda a extensão do conceito, ou a sua aplicabilidade – mas, antes, um seu aspecto que, num dado uso em comparação com outro, pode ter sido casuisticamente levado *longe demais*.

O exemplo que perseguiremos aqui é o seguinte: a metáfora da linguagem como cálculo, ao ser usada numa comparação com aquela da linguagem como correspondência, pode exagerar a ênfase na dimensão inferencial dos sistemas de regras, e impedir a visão de uma dimensão de *relevância* no sentido linguístico. Não obstante, o passo *aquém* de um tal exagero, e que motiva a construção do uso da metáfora do cálculo no período intermediário do filósofo, continuará a ser útil, e efetivamente passível de reativação mesmo nos manuscritos mais tardios.

Outra maneira de exprimir isto é dizer que há aspectos do uso da metáfora do cálculo que exemplificam o Wittgenstein pensador contra si próprio, e outros aspectos que exemplificam continuidades no seu pensamento. Neste sentido, é difícil falar-se num abandono da metáfora do cálculo, conquanto se possa falar, com as devidas qualificações, de um “período do cálculo” que tenha sido posteriormente superado.<sup>2</sup>

Avançemos desde já uma ideia geral que gostaríamos de ressaltar e que nos servirá de fio condutor para o que se segue. No início dos anos 30, a metáfora do cálculo está muitas vezes ao serviço de uma primeira expan-

são do contexto da análise conceitual possível, após o malogro, em 29, do projeto de uma linguagem fenomenológica: aquela em direção aos *Satzsysteme*, os sistemas de proposições – entendidos como sistemas de regras. Por um lado, trata-se de estabelecer um novo limite para o âmbito de análise, em conformidade com o novo critério do sentido: as regras (organizadas em sistemas). Por outro, trata-se de abrir à análise campos conceituais que serão cada vez menos limitados quanto aos seus aspectos, digamos, quer morfológico, quer sintático: o que conta como objeto de análise será menos determinado por uma forma geral (de predicção ou relação) e mais dito pelo “cálculo” possível ou mesmo necessário segundo o seu uso apropriado.

Lembremos que o *Tractatus*, “a minha antiga maneira de pensar”, oferece uma análise da estrutura das proposições, na esteira da proposta fregeana de se partir destas – e não mais da estrutura de conceitos ou termos gerais. Frege pretende partir do juízo (a afirmação de algo sobre algo) mas nada pressupor relativamente aos seus constituintes, sendo então apanágio da análise trazer à luz o conceito (termo geral), fazer aparecer o que ele chama de função. A analítica tractariana pretende exhibir a estrutura de base que torna possível a todas as proposições significar; tal projeto depende de uma noção verifuncional de complexidade: é possível calcular o valor de proposições moleculares consoante os valores das proposições elementares que as componham, a partir da maneira como os conectores lógicos associem esses valores. Das proposições elementares, essas, não se pode oferecer análise, na medida em que elas por definição não apresentam complexidade. Contudo, é preciso supô-las, ou melhor, partir dos seus valores em termos esquemáticos, para se operar no interior da analítica do *Tractatus*. No momento em que essas proposições já não são vistas como independentes, o modelo tractariano de análise deixa de funcionar na sua remissão ao nível construtivo mais simples das proposições. Ele deixa de funcionar porque já não é mais possível, como condição para uma análise completa, apenas supor as proposições elementares e seus valores bipolares: elas mesmas requereriam análise para receber valores possíveis, conformemente a estados de coisas que lhes correspondessem. Assim, no Wittgenstein intermediário as antigas proposições elementares aparecem como geradoras de inferências: interdições e necessidades. Algo, contudo, permanece: o

Wittgenstein de finais dos anos 20 e início dos 30 retém da figuração especular (i.e., da analítica tractariana) a importância conferida a um tipo de análise que seja precisa e, de alguma maneira, completa. Entre outras questões, a metáfora do cálculo reflete também essa dupla preocupação transplantada para o novo ambiente criterial de análise dos anos 30.

Um requisito para atender a essas preocupações no contexto das regras como novo critério do sentido terá sido a radicalização do princípio do contexto fregeano – ou pelo menos de um seu aspecto. Que não se deva, como uma questão de princípio, perguntar pelo sentido de uma palavra isoladamente, mas apenas no contexto de uma proposição (Frege 1884, p. 202), isto decorre de que apenas no contexto proposicional podem as palavras ser definidas segundo critérios objetivos (i.e, linguisticamente explicitáveis). Estamos a braços, portanto, com critérios racionais últimos: *mutatis mutandis*, é o velho tema do fim das cadeias de razões. No período intermediário de Wittgenstein, esses critérios racionais últimos se encontram nas regras; são estas “o que há de último” (WITTGENSTEIN, 1997, p. 188). E aqui está a radicalização do princípio do contexto: se substituímos “palavras” por expressões em geral e “proposição” por operações em geral com signos linguísticos, encontramos que não se deve perguntar pelo sentido de uma regra isoladamente, mas apenas no contexto do seu sistema. Os sistemas de regras são, justamente, o novo ambiente criterial de análise, onde esta encontra precisão, objetividade e, de alguma maneira (casuística), completude.

Mas onde *termina* uma análise no contexto do *Tractatus*? Será talvez uma questão de aspecto. Por um lado, pode-se dizer que ela termina nas proposições elementares que compõem uma molecular, segundo o aspecto de que são os valores daquelas primeiras a determinar o cálculo possível de um valor para a proposição molecular. Neste sentido, aqueles valores alimentam a análise com a informação última de que esta necessita para ser feita – supondo-se, é claro, a operação dos conectores adequados. Por outro lado, pode-se dizer que uma análise termina justamente numa proposição molecular, composta de elementares, segundo o aspecto de que é daquela primeira que se pode oferecer, propriamente, uma *análise* – e não destas últimas (as quais podem tão-somente ser *verificadas*).<sup>3</sup> Ao contrário do aparecimento de inferências entre proposições elementares, torna-se assim visível uma continuidade entre o período

intermediário e a primeira *Denkweise* do nosso filósofo, uma analogia estilística. De certa forma, a análise no novo ambiente criterial de início dos anos 30 atualiza um estilo atomista. É certo, por um lado, que as proposições elementares geram agora exclusões lógicas, i.e., já não são mais atômicamente isoladas, e por conseguinte os seus objetos não podem mais servir como o estofado de um *mundo* esquemático à maneira do *Tractatus*. Esses objetos não são mais supostos não-exemplificáveis de proposições verifuncionais. E o “mundo” que a sua expressão organiza já não é mais preenchido por estados de coisas aos quais só resta ser ou não ser o caso e nenhuma outra possibilidade – é um “mundo” bem mais rico e complexo, e mais rica e complexa passa a ser a tarefa de descrever a experiência (o sentido, a percepção dos objetos, enfim, as práticas simbólicas). Por outro lado, o otimismo analítico do *Tractatus* encontra correlação com um outro tipo de otimismo analítico: aquele de uma *descrição completa* do espaço casuístico de exclusões gerado no interior de cada *sistema de proposições* ou de regras específico:

As coisas passam-se assim: o que eu disse no *Tractatus* não esgota as regras gramaticais para “e”, “não”, “ou”, etc.; antes, há regras para as funções de verdade que concernem, também, a parte elementar da proposição.

As proposições, neste caso, se assemelham ainda mais a régua graduada do que eu antes pensava. – O acerto de *uma* medida exclui automaticamente todas as demais. Eu disse automaticamente: tal como as marcas graduadas estão em *uma* régua, assim também as proposições que correspondem às marcas graduadas vão juntas umas com as outras, e não se pode medir com uma delas sem que ao mesmo tempo se meça, também, com todas as outras. – Não é a proposição o que eu justaponho à realidade como uma régua, mas o *sistema* de proposições.<sup>4</sup>  
(WITTGENSTEIN, 1970, §82; MS 209, p. 34)

É como se o tipo de relação de necessidade que se estabelece no interior de um sistema de regras, por via de um seu aspecto de automatismo, encerrasse também uma ideia de completude: todas as transições estão previstas, e elas perfazem um conjunto que de certa forma está presente em cada uma delas. Em manuscritos não muito posteriores àqueles que nos ocupam, o tema dos constituintes do significado que estão presentes,

como que a acompanhar uma enunciação inteligível, nos conduziria – em percurso terapêutico – dos corpos de significação (*Bedeutungskörper*) às vivências características (*charakteristische Erlebnisse*). Correlativamente, um outro percurso terapêutico enfraqueceria a metáfora da régua graduada (que contivesse, como uma tabela ou paleta, todas as transições) e acentuaria a função didática do “e assim por diante” (que, fornecendo embora critérios para as transições adequadas, está melhor resguardado contra mal-entendidos metafísicos sugeridos por certa noção de completude). Aqui, contudo, a forma dessa presença enfatiza o seu aspecto de um cálculo:

Compreender uma palavra = ser capaz de empregá-la. Compreender uma linguagem: dominar um cálculo. (MS 212, p. 448)

“Compreender uma proposição” e “dominar um cálculo” são então coisas do mesmo tipo? Ou seja, como ser capaz de multiplicar? Assim creio.<sup>5</sup> (ib., p. 449)

Havíamos dito no início que a metáfora do cálculo serve ao filósofo, entre outras coisas, para articular uma primeira expansão do âmbito de análise conceitual, quando do retorno de Wittgenstein às intervenções públicas em filosofia. Esse novo âmbito, situamo-lo nos *sistemas de regras*. Mas falar em expansão do âmbito de análise conceitual pode dar a entender a continuidade de uma ideia que, pelo contrário, é abandonada no início dos anos 30: a de que esse âmbito se confunde com o sentido (*Sinn*) como tal em termos de possibilidade de precisão no quadro de algum conjunto finito de formas proposicionais, ora expandido. Duas lembranças nos previnem contra esse erro.

A primeira é a de que, embora se trate aqui de sistemas formais (num sentido amplo: dependem de critérios explicitáveis linguisticamente), não são *puramente* formais, porquanto partem de regras de emprego. Não é possível formular-se alguma questão que seja geral no sentido de anterior, em termos lógicos, às regras, relativamente à possibilidade do sentido, porque perderíamos, então, os critérios para a própria questão. Como já se referiu, qualquer análise, agora, parte “da distinção entre sentido e não-sentido” ela mesma: “nada é possível antes disso” (WITTGENSTEIN, 1973, I, §81). Tampouco seria possível, antes disso, a leitura de algum sucedâneo do *Tractatus*, finda a qual pudéssemos dispensar a sua escada analítica, prevenidos que estivéssemos, de uma vez por todas,

contra a metafísica (i.e., contra enunciações que desconsiderassem as ligações internas operantes em cada jogo pertinente ao enunciado).

A segunda lembrança que nos previne contra a continuidade acima referida decorre, na realidade, da primeira: é que se trata de uma casuística – pois, justamente, cada sistema de regras legifera de maneira peculiar, mas não por isso menos poderosa, sobre os conceitos e proposições que fazem sentido no seu interior. Esta é a fonte, já no período intermediário, tanto do que poderíamos chamar de um pluralismo da segunda *Denkweise* do filósofo, quanto de uma resposta a uma sua atribuição de relativismo:

O que poderíamos chamar de relativismo convencionalista que se observa no nível das imagens do mundo – eu diria, no nível empírico desta diversidade irreduzível de jogos de linguagem – é, se não absorvido, pelo menos, nivelado no interior de cada jogo de linguagem através dos mecanismos, ou práticas simbólicas, que permitem incorporar ao simbolismo linguístico os elementos da experiência empírica em geral. (MORENO, 2004, p. 69)

A articulação do que poderíamos chamar de um pluralismo não-relativista, a exigir, já se vê, sutilezas e riscos filosóficos de não pouca monta, será um dos fios condutores do filósofo a partir dos anos 30.

Outra expressão cujo uso talvez mereça, neste ponto do nosso percurso, algum resguardo preliminar é a de *sistema*. Vimos que a ideia de que as regras são “o que há de último” (WITTGENSTEIN, 1997, p. 188) é um dos marcos centrais de arranque da segunda *Denkweise* de Wittgenstein. O atributo de autonomia acomoda-se bem a esse estatuto de fim das cadeias de razões que recebem, então, as regras. O mesmo já não se poderá dizer, talvez, desse outro traço fundamental que referimos acima, o de convidarem a um procedimento analítico casuístico. A esse respeito – e muito para além do fato de que o filósofo nunca deixou de efetivamente usar o vocábulo *sistema* e suas declinações –, não será inútil assinalar que *sistema*, em Wittgenstein, se aproxima do seu sentido antigo. Segundo Pierre Hadot (2001, p. 148), entre os gregos o termo designava simplesmente “não um edifício de pensamentos, mas uma totalidade organizada cujas partes dependem umas das outras”.<sup>6</sup> Mas voltemos a cálculo.

O uso, por Wittgenstein, do símile do cálculo para metaforizar a maneira como a linguagem é usada solicita, de um ponto de vista poste-

rior da sua obra, aquela que talvez seja a forma de tratamento filosófico mais frequente no nosso autor. Diante da aproximação entre uma ideia e outra, ou outras aparentadas, indicam-se os pontos de vista nos quais essa aproximação é levada a um uso ilegítimo: indica-se o momento em que ela, por assim dizer, *vai longe demais*.<sup>7</sup> A esperança é a de que a descrição dos limites do sentido (e, portanto, do que é passível de análise conceitual) resulte iluminadora à questão examinada – neste ponto, de resto, de forma semelhante ao filósofo do *Tractatus*. No caso do símile do cálculo, o próprio filósofo incorreu em tal excesso – em parte motivado, arriscaríamos, pela sua crítica militante ao exclusivismo do modelo referencial do significado.

A este respeito, escreve Steve Gerrard (1991) que os excessos da metáfora do cálculo serão melhor compreendidos à luz da sua oposição à fundamentação hardyana da matemática. Gerrard encontra no matemático G.H. Hardy uma concepção de verdade matemática segundo a qual uma prova é verdadeira se e somente se os objetos matemáticos que lhe estejam (melhor talvez será dizer: que lhe sejam) subjacentes realmente existam. Uma das consequências desta concepção parece ser a ideia de que a linguagem matemática deve como que espelhar o “mundo” dos objetos matemáticos. A tal forma de realismo matemático se contrapõe a já referida concepção de que são as regras os elementos últimos portadores, passe a expressão, de sentido em geral – e, portanto, também do sentido em matemática, vista como uma linguagem. Mas a metáfora do cálculo pretende ser útil muito para além dos exemplos atinentes à matemática: ela é um recurso argumentativo em diálogos travados tanto com o realista matemático quanto com outras vozes filosóficas que advoguem fundamentações do significado sob alguma forma de acompanhamento prévio ao uso, alguma forma de *corpo de significação* – em suma, fundamentações metafísicas, tal como o filósofo as entendia nesse período.

Uma passagem do datiloscrito 213 do *Espólio (o Big Typescript)* permite um bom acesso a aspectos do uso da metáfora do cálculo que gostaríamos de ressaltar. A maioria das proposições desta passagem sobreviveu a várias revisões, migrando de manuscritos que remontam ao ano de 1930 (um dos quais aquele de que provém a citação anterior, na qual, lembremos, a compreensão de uma linguagem é explicitamente identificada à compreensão de um cálculo). Parte constante do capítulo “Gramática”, a



passagem integrou-se ao §58, a cujos temas se alude no índice do *Big Typescript* da seguinte forma: “As regras de jogo estritas e o uso oscilante da linguagem. A lógica [como] normativa. Em que medida falamos de casos ideais, de uma linguagem ideal. (“Lógica do vácuo”)”.<sup>8</sup>

[/] Tenho um quadro com cores borradas e transições complicadas. Ao seu lado coloco um outro, simples e com cores bem distinguíveis, mas semelhante ao primeiro quadro. Não digo que o primeiro seja propriamente o segundo; mas procuro enxergar este naquele, na esperança de que, assim, certas inquietações desapareçam.

- É perfeitamente concebível uma tal reforma para certas finalidades práticas, de forma a evitar mal-entendidos. (Quando dois membros de uma família se chamam Paul, é por vezes expediente que um deles seja chamado por um outro nome.) Mas os casos com que estamos lidando são outros. As confusões que nos ocupam emergem, por assim dizer, quando a linguagem entra de férias, não quando ela trabalha. (Poderíamos dizer: quando ela está ociosa.)<sup>9</sup>

{S} Examina os casos, em filosofia, que sejam claros, não os obscuros. Estes se hão de resolver quando o forem aqueles.

{S} A tendência a começar a investigação de uma proposição ali onde o seu emprego é bastante turvo e incerto (o argumento da identidade é um bom exemplo), ao invés de pôr de parte esses casos, por ora, e abordar as proposições por onde delas possamos falar com um bom senso saudável, essa tendência é típica dos métodos pouco promissores da maioria das pessoas que filosofam.

[/] Considero a linguagem e a gramática do ponto de vista do cálculo // sob a forma do cálculo // como cálculo //, ou seja, do operar de acordo com regras fixas. // ou seja, como processo [evento, acontecimento, ato] segundo regras estabelecidas.<sup>10</sup> (DS 213, p. 257v-258r [BT §58])

O objeto por excelência da atenção filosófica são os casos claros. E quais são esses? Três características suas aparecem aqui. Primeiro, são simples, no

sentido de que neles as transições dos sistemas de regras são facilmente distinguíveis, como na analogia da régua graduada. Segundo, são uma operação segundo regras estabelecidas – o que obriga o analista a reconduzir a atenção ao evento simbólico ele mesmo, evitando-se assim as *Scheinwesen*, aparições fantasiosas e obscuras que sirvam de fundamento externo ao significado (teorias causais da significação, realismo matemático, etc.), ou promessas de que no futuro, com mais pesquisa, se ofereça um tal fundamento da operação simbólica *presente*.<sup>11</sup> Ou seja, reconduza-se a atenção ao trabalho da linguagem na superfície visível da sua organização da experiência e dos objetos. A terceira característica está ligada a algo que talvez pareça surpreendente aos olhos dos leitores das *Investigações* que abordem os manuscritos do período intermediário: é que a ênfase posta nas regras divorcia-as, de certo ponto de vista, do uso – o qual ainda está longe de se estruturar como conceito de aplicação clara (cf. MORENO, 2008). É quase como se, no período intermediário, o *schwankende Sprachgebrauch*, o uso oscilante da linguagem fizesse parte dos enfeitiçamentos linguísticos que hipnotizam o olhar filosófico e o extraviam em quadros complicados (i.e., sistemas de regras com transições turvas) e reformas sem finalidade esclarecedora. Se o argumento da identidade é um bom exemplo de uma tal reforma, isso decorre de que é fácil perder-se na miríade de usos possíveis do jogo de ‘o mesmo/ outro’; dizer o que é, idealmente, a identidade implica num gesto teórico imensamente generalizante, e pouco promissor quanto ao esclarecimento de cálculos específicos de identidade. É da linguagem vista como um cálculo que o filósofo *saudável* (*gesund*) partirá, e, ainda assim, sem interesse de reformá-la ou completar lacunas suas:

Não queremos refinar ou completar de maneira drástica [inaudita, dramática] o sistema de regras. Queremos eliminar confusões e inquietações geradas pela dificuldade de ter em vista / a regra / o sistema (ib.).<sup>12</sup>

Mas de onde, especificamente, partem os “métodos pouco promissores” em filosofia?

[/] É como se esse sistema de regras estivesse assentado em um livro que em casos específicos, contudo, quase nunca consultássemos. Mas que de vez em quando tentássemos ler. Nessas ocasiões, ele deixou-nos

inteiramente confusos; pois muita coisa estava tão amarelecida que não conseguíamos ler nada que estivesse claro, mas antes, sem as necessárias qualificações, coisas falsas e enganadoras.

[/] Investigamos a // nossa // linguagem *a partir das suas regras*.

[/] Há algo como uma gramática completa, por exemplo, da palavra “não”? (DS 213, p. 258r [*Big Typescript* §58])<sup>13</sup>

Essa linguagem ideal por trás das regras, esse super-sistema de regras, leva-nos a tropeçar nos passos de um *cálculo efetivo*, mais por excesso do que por falta, e ficamos tão desorientados quanto o estava o nosso olhar quando tentava divisar as transições no exemplo do primeiro quadro, citado acima. Um dos perigos filosóficos desse método pouco promissor é o de que ele termina por conduzir à fusão entre sentidos diferentes de ‘razão’: razão para, e causa. Perde-se, aí, o campo autônomo prévio a partir do qual se distingue algo como uma razão. “O raciocínio (*Reasoning*) é o cálculo efetivamente feito, e uma razão volta um passo atrás no cálculo. Uma razão é uma razão tão-somente no interior do jogo. Oferecer uma razão é passar por um processo de cálculo, e pedir por uma razão é perguntar de que maneira se chegou ao resultado” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 5). Ou seja, uma razão está como que incluída no processo efetivado (o cálculo); uma causa não o poderia estar. Ainda assim, “A cadeia de razões chega a um fim. Mas isto não torna menos válido o raciocínio. A resposta à pergunta ‘Por que tens medo?’ envolve uma hipótese se uma causa é apresentada. Mas não há um elemento hipotético num cálculo” (ib.).

Alijar-se das operações efetivas do cálculo da linguagem leva, portanto, a confusões conceituais tanto por idealismo (projeção de uma linguagem ideal) quanto por uma forma pouco saudável de empirismo que é a de confundir razões e causas. Mas há um elemento comum aos dois casos, que é a atitude de se buscar ver um emprego *como verdadeiro* (por oposição a, simplesmente, efetivo):

- É da mais alta importância que, quanto a um cálculo da lógica, sempre pensemos em um exemplo a que o cálculo verdadeiramente se aplique, e não em exemplos dos quais digamos que não são na verdade os ideais, mas não dispomos destes últimos. Isto é o sinal de uma

concepção inteiramente falsa. Se eu posso de todo aplicar o cálculo, então isso // esse // é também o emprego ideal e o emprego ao qual ele concerne. Por um lado, o incômodo advém, nomeadamente, de que se reconheça o exemplo como aquele verdadeiro, pois se passa a ver ali uma complicação pela qual o cálculo não é responsável. Mas é um exemplo perfeito [modelo prototípico] do cálculo, que ali foi colhido, e não é nenhum erro ou incompletude sua. O erro consiste em esperar pela sua aplicação num futuro distante.

• Mas isto não é nenhuma confissão – como se um erro houvesse sido feito // cometido // ao se extrair d’*ali* o cálculo; antes, o erro está em aplicá-lo agora de maneira nebulosa, ou de prometer [preenunciar, antecipar] uma aplicação. // ... Ou prometer [preenunciar, antecipar] uma aplicação num futuro nebuloso.// (DS 213, p.258r-259r [BT §58])<sup>14</sup>

Significativamente, segue-se, no manuscrito, uma reflexão sobre a importância dos objetos de comparação para o esclarecimento dos passos que podem levar a uma generalização indevida. Podemos observar ali o processo de estruturação das noções de semelhança de família e de visão de aspecto, a gestar-se, por uma motivação filosófica antiessencialista, em meio à exploração da metáfora do cálculo.

Nesta passagem, “*in nebellhafter Ferne*“ pode sem problemas ser traduzido por “num futuro distante” (assumindo-se que *Ferne* é usado aqui na sua acepção temporal e não espacial). Mas *nebellhaft* também significa nebuloso, vago, pouco claro – e é plausível que seja esta a noção com que o autor quisera adjectivar ‘futuro’, pois no parágrafo seguinte o adjectivo reaparece, no datiloscrito, numa locução adverbial que qualifica o verbo ‘aplicar’ como “de maneira nebulosa”. Logo adiante, anota-se uma frase alternativa sobre aplicação no futuro, em que se adjectiva ‘futuro’ como ‘*nebuloser*’. Os dois sentidos indicam, uma vez mais, parte das tentações contra as quais a metáfora do cálculo pretende ser útil: a confusão entre critérios internos e sintomas externos ou causas (as quais possam ser decididas hipoteticamente, portanto no futuro, à maneira da ciência) e, por outro lado, o não reconhecimento de que o pensamento já tem, nas próprias operações simbólicas – ou seja, *no uso dos signos eles mesmos* –, os elementos suficientes para se orientar *claramente*. O tema da *confissão* de

uma falta de clareza (ou de um tipo de ignorância) que, na realidade, denuncia – como vimos acima – um “método pouco promissor” em filosofia (idealista ou empirista) reaparecerá no §89 do *Big Typescript*, no capítulo *Filosofia*. Também ali essa *confissão* aparece contrastada com a precisão que se colhe na observação de um cálculo efetivamente feito – ou seja, um cálculo (operação com palavras) cujas transições estão indicadas. Trata-se de um tema fundamental, por oferecer um bom acesso a um dos alvos excelsos da terapia filosófica: o dogmatismo da atitude científica em filosofia.

Recapitulemos. No Wittgenstein intermediário – mais especificamente, no chamado período do cálculo, de início dos anos 30 –, as regras são “o que há de último”, são o solo do significado. Neste período, o princípio do contexto pode ser declinado assim: uma regra tem sentido no contexto do seu sistema de regras. Com uma qualificação importante: o sistema de regras serve de orientação para a operação simbólica de se basear numa regra – e não como uma espécie de tabela que subsidiasse *necessariamente*, ou *fundamentalmente*, a verificação duma proposição. Trata-se de evitar a tentativa de inventar novos sucedâneos para o significado como um *acompanhamento* da sua expressão. No início dos anos 30, o esforço filosófico de Wittgenstein é justamente o de reconduzir a atenção *tão-somente* às formas expressivas. O objetivo da boa análise conceitual não é esclarecer algum tipo de entidade (não importando a sua natureza) referida por uma expressão (conceito, proposição), mas sim os passos do próprio cálculo da linguagem, da própria operação dos signos no seu contexto interno. Não há critérios que pudessem subsidiar a investigação de um *aboutness* de palavras, de expressões, de proposições, etc., diretamente – ou seja, centrando-se uma tal investigação nas causas ou acompanhamentos (como hipostasias, não em termos do contexto pragmático das vivências) das palavras, na medida em que, como se dirá no *Livro Azul*, “a expressão de crença, do pensamento, etc., é apenas uma frase (*just a sentence*)” (WITTGENSTEIN, 1965, p. 42), e que “a frase tem sentido apenas como membro de um sistema de linguagem; como uma expressão no interior de um cálculo” (ib.).

Em certa medida, uma *Denkweise*, uma maneira de pensar, tem o alcance que os seus interlocutores de eleição lhe permitem ter. O Wittgenstein do início dos anos 30, concentrado mais do que nunca na

tarefa negativa de mostrar os impasses a que a filosofia é conduzida por visões não-autonomistas do significado, enfatizou talvez em demasia os limites do contexto funcional interno aos sistemas de regras. Do ponto de vista posterior da obra que é o nosso, o filósofo excluiu, assim, da sua dieta de exemplos aqueles que deem conta de mudanças internas a cálculos, por um lado, e por outro lado excluiu certa dimensão mais ampla de finalidades de aplicação. Essa atitude embargou análises como aquela da noção de contradição matemática. Na origem deste embargo estão duas características essenciais do que Steve Gerrard (1987; 1991) chama de “autonomia estrita”: cálculos não admitem crítica externa, por um lado, e por outro lado – e de certa forma em consequência disso – têm um sentido absolutamente divorciado da sua aplicação. Não admitindo crítica externa à sua sintaxe, um sistema de regras deve ser visto como satisfatório *devido ao mero fato de oferecer regras*, ainda que sejam regras, por exemplo, conducentes a um cálculo inconsistente ou contraditório. O que nos leva à segunda característica: o sentido de um sistema de regras está dado nas interdições e obrigações sobre as quais legisla, e é impérvio ao papel que se lhe pede que cumpra num contexto criterial mais amplo em termos pragmáticos. Por essas razões, criticar uma contradição em matemática aparece como um *preconceito*. Vê-se, assim, que sem o nexo dos propósitos que consignamos, neste exemplo, à matemática, fica difícil reconhecer a face *familiar* de um cálculo, para além de alguns seus traços muito gerais, mas distantes – e também reconhecer os seus processos, as suas mudanças. Não obstante, o ganho circunstancial desse passo filosófico, no contexto de interlocução em que ele se insere, está garantido, na medida em que a necessidade e a objetividade do cálculo, ainda no exemplo da matemática, se esclarecem agora internamente, e já não por dependência a “critérios externos [ou seja, fundamentalmente empíricos] sem sentido” (GERRARD, 1991, p. 139).

Mas aos poucos, Wittgenstein vai extraindo consequências da observação de que a precisão sugerida pela ideia de “cálculo da linguagem” constitui mais a exceção do que a regra nos nossos usos. É certo, como mostrou Hilmy (1997, p. 102-7), que a metáfora do cálculo continuará a ser usada. Mas ao prosseguir no seu exame da *aplicação* da linguagem (menos para compreender como ela *funciona*, ou seja, em que sentido e de que maneira é *útil*, e mais para descrever as suas *condições*), e ao ir refinando esse

exame, é como se os efeitos da famosa anedota de Sraffa (que requisitou a Wittgenstein que lhe indicasse a forma lógica de certo gesto napolitano jocoso) se fossem assentando e contaminando a enorme e sempre renovada influência do estilo de Frege sobre o nosso filósofo. A direção dessa contaminação seria a seguinte: trata-se de atentar um pouco menos para a maneira como seguimos notações de linguagens (passo importante ali onde é questão, sobretudo, de defender a linguagem contra novas ameaças à autonomia) e, progressivamente, mais para a maneira como os critérios dos usos se mostram no âmbito, digamos, antropológico da sua aplicação. O fraseamento gradualista é, aqui, importante – e quer apontar, aqui, não para uma oscilação, e sim para a convivência, num mesmo percurso filosófico, de diferentes cenas de interlocução. Pois a metáfora do cálculo continuará a ter utilidade, nos contextos em que intervierem interlocutores a advogar novas concepções não-autonomistas do significado. A gestação de um tal uso da metáfora do cálculo, como vimos, deve ser buscada no período intermediário do filósofo – e ali se esclarece.

<sup>1</sup> Já no Wittgenstein intermediário esta é uma qualificação fundamental do uso dos seus conceitos operatórios – e também da metáfora do cálculo –, a saber: o seu estilo *profundamente* dialógico. Não o levar em conta pode interferir muito negativamente na leitura dos manuscritos dos anos 30, à medida que a sua *composição* é estruturada dialogicamente – não obstante tal não saltar aos olhos numa primeira leitura. É mais: o leitor corre o risco de não apreender a extensão dos comprometimentos filosóficos vocalizados a cada momento se não atentar para *cada interlocução*, ou seja, para a *voz filosófica* a que é dada a palavra a cada momento. Os leitores do filósofo reconhecerão, a este respeito, a dificuldade inicial com que se confrontam ao tentar apreender a *direção* de cada movimento argumentativo dos manuscritos. Inserindo-se em longa tradição filosófica, o estilo de composição da “nova maneira de pensar” do filósofo (após o *Tractatus*) singulariza-se, contudo, no interior dessa tradição, pelas regras do jogo operantes no diálogo, sempre tão generosas com o interlocutor. A tal ponto que, por vezes, chega a não ser fácil distinguir-se a voz filosófica principal daquela convidada ao diálogo – senão mesmo de uma terceira voz de comentário. Por essas razões, Wittgenstein, leitor de Platão, afasta-se claramente do diálogo socrático. Veja-se, a esse respeito, as páginas de Gordon Baker sobre o uso de pronomes em Wittgenstein e Waismann – os seus “Nós, por outro lado” (BAKER, 1997). Para o Baker tardio, uma comparação mais esclarecedora para o diálogo entre o filósofo-terapeuta wittgensteiniano e o “paciente” cujo discurso é submetido a análise filosófica seria com o “diálogo” travado na cena clínica psicanalítica.

<sup>2</sup> É por isso que, ao nosso ver, Stephen Hilmy (1987) carrega a sua oposição à tese exegética de uma rápida superação do “período do cálculo” (que ele encontra em J. Bogen e também

em Baker e Hacker) com tintas demasiado fortes. É fato que o léxico declinado a partir de ‘cálculo’ continuará a ser utilizado pelo filósofo até aos últimos escritos. Contudo, é plausível aventar que a ocorrência crescentemente mais copiosa de um léxico alternativo a cálculo, nomeadamente ‘jogo’, ‘jogo de linguagem’ e, ainda, ‘sistema de comunicação’, não configura uma *mera* preferência terminológica, como sublinha reiteradamente Hilmy (de resto, com boas, detalhadas e bem documentadas razões). Também aqui seguimos a atitude interpretativa do Baker tardio, para quem a leitura dos manuscritos wittgensteinianos se beneficia muito, em termos *filosóficos*, de uma atenção mais cerrada à sua dimensão propriamente textual (como o enfatiza Katherine Morris; cf. MORRIS, 2004).

<sup>3</sup> Que o possam ser não implica, está claro, que o sejam *pele filósofo*.

<sup>4</sup> „Es ist so: Die grammatischen Regeln über ‚und‘, ‚nicht‘, ‚oder‘ etc. sind eben nicht damit erschöpft, was ich in der Abhandlung gesagt habe, sondern es gibt Regeln über die Wahrheitsfunktionen, die auch von dem elementaren Teil des Satzes handeln. Die Sätze wenden in diesem Falle noch ähnlicher Maßstäben, als ich früher geglaubt habe. – Das Stimmen eines Maßes schließt automatisch alle andere aus. Ich sage automatisch: wie alle Teilstriche auf einem Stab sind, so gehören die Sätze, die den Teilstrichen entsprechen, zusammen und man kann nicht mit einem von ihnen messen, ohne zugleich auch mit allen andern zu messen. – Ich lege nicht den Satz als Maßstab an die Wirklichkeit an, sondern das System von Sätzen.“

<sup>5</sup> „Ein Wort verstehen = es anwenden können. Eine Sprache verstehen: Einen Kalkül beherrschen“.

„Ist also ‚einen Satz verstehen‘ von der gleichen Art, wie ‚einen Kalkül beherrschen‘? Also wie: multiplizieren können? Das glaube ich“.

<sup>6</sup> Hadot também menciona a existência da noção de *pensamento sistemático* entre os gregos. Mas é interessante que o faça tendo em mente não uma *theoria*, um *corpus* explicativo da experiência ou do mundo, mas, antes, textos – em particular de Epicuro e dos estoicos – cujo uso se prestava à prática do que ele chama de “exercícios espirituais (...) mnemotécnicos”, destinados a permitir que os discípulos “assimilassem melhor [os dogmas] que determinam um modo de vida, e os levassem consigo” com uma atitude de certeza (id., p. 149). Poderíamos talvez dizer que, com os *sistemas de regras*, cooperantes com a noção de *familiaridade* – uma das noções fundamentais dos manuscritos da Gramática filosófica (WITTGENSTEIN, 1973) –, começa a esboçar-se a relevância filosófica da *memória* para a terapia wittgensteiniana, assim explicitada no *Big Typescript*: “O trabalho do filósofo é uma recolha de memórias com um objetivo específico” (DS 213, p. 415); “Die Arbeit des Philosophen ist ein Zusammentragen von Erinnerungen zu einem bestimmten Zweck”. Justamente, para atestar essa importância é suficiente lembrarmos a metáfora com que o filósofo alude ao essencial da sua maneira de composição, já desde os anos 30 e, precipuamente, nas últimas revisões da primeira parte das *Investigações*: a de álbum de retratos filosófico.

<sup>7</sup> “O meu dito de que a proposição é uma figuração não será, ele mesmo, uma expressão tortuosa, que leva uma certa analogia longe demais?”; „Ist nun nicht mein Ausdruck, dass der Satz ein Bild ist, ein schiefer Ausdruck, der eine gewisse Analogie zu weit treibt?“ (MS 111, p. 107). Esta maneira de proceder justifica-se pela natureza terapêutica – por oposição, aqui, a tética – da filosofia de Wittgenstein: trata-se de dissolver a angústia em que somos lançados



quando nos confrontamos com impasses do pensamento, muito mais do que de buscar novas explicações (causas) para as questões que terão originado tais impasses.

<sup>8</sup> „Die strikten grammatischen Spielregeln und der schwankende Sprachgebrauch. Die Logik normativ. Inwiefern reden wir von idealen Fällen, einer idealen Sprache. (“Logik des luftleeren Raums”).“

<sup>9</sup> [/] Ich habe ein Bild mit verschwommenen Farben und komplizierten Übergängen. Ich stelle ein einfaches mit klargeschiedenen Farben, aber mit dem ersten verwandtes, daneben. Ich sage nicht dass das erste eigentlich das zweite // andere // sei; aber ich lade den Andern ein, das einfache anzusehen, und verspreche mir davon, dass gewisse Beunruhigungen für ihn verschwinden werden.

? Wer etwa ... einführte könnte in Interesse der Chemie die Sprache verbessern ... [Riscado com traços em forma de X no manuscrito.]

• So eine Reform für gewisse praktische Zwecke ist wohl denkbar die Verbesserung unserer Terminologie zur Vermeidung von Missverständnissen. (Wenn zwei Mitglieder einer Familie „Paul“ heißen, so ist es manchmal zweckmäßig den einen von ihnen bei einem andern Namen zu nennen.) Aber das sind nicht die Fälle mit denen wir es zu tun haben. Die Konfusionen die uns beschäftigen entstehen, gleichsam, wenn die Sprache feiert, nicht wenn sie arbeitet. (Man könnte sagen: wenn sie leer läuft.)

<sup>10</sup>{S} Behandle die deutlichen Fälle in der Philosophie, nicht die undeutlichen. Diese werden sich lösen, wenn jene gelöst sind.

{S} Die Tendenz mit den Untersuchung eines Satzes da anzufangen, wo seine Anwendung ganz nebelhaft und unsicher ist (der Satz der Identität ist ein gutes Beispiel), anstatt diese Fälle vorläufig beiseite zu lassen und den Satz dort anzugehen, wo wir mit gesundem Menschenverstand über ihn reden können, diese Tendenz ist für die aussichtslose Methode der meisten Menschen, die philosophieren, bezeichnend.

[/] Ich betrachte die Sprache und Grammatik unter dem Gesichtspunkt des Kalküls // unter der Form des Kalküls // a l s Kalkül //, d.h. des Operierens nach festgelegten Regeln. // d.h. als Vorgang nach festgesetzten Regeln.

<sup>11</sup> Fora esse o caso das proposições atômicas que, como resultado da análise lógica, permitissem o acesso aos elementos primeiros, os *individuals* russellianos. Como disse Wittgenstein aos seus alunos em 1932, “we [Wittgenstein e Russell] were at fault for giving no examples of atomic propositions or of individuals. We both in different ways pushed the question of examples aside. We should not have said “We can’t give them because analysis has not gone far enough, but we’ll get there in time”. Atomic propositions are not the result of an analysis which has yet to be made. We can talk of atomic propositions if we mean those which on their face do not contain “and”, “or”, etc., or those which in accordance with methods of analysis laid down do not contain these. There are no hidden atomic propositions” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 14). A metáfora do cálculo repõe o foco no evento simbólico para o qual, desde já, haja regras estabelecidas (“laid down”), sem ulteriores hipostasias.

<sup>12</sup> „Wir wollen nicht das Regelsystem in unerhörte Weise verfeinern oder vervollständigen [Manuscrito sobreposto, quando de revisão: „kompletieren“]. Wir wollen Verwirrungen und Beunruhigungen beseitigen die aus der Schwierigkeit herrühren, dass / Regel / System zu übersehen.“

<sup>13</sup> [/] Es ist als wäre dieses Regelsystem in einem Buch niedergelegt; wir zögen aber dieses Buch in praktischen Fällen beinahe nie zu Rate. Hie und da aber wären wir versucht darin zu lesen. Dann aber verwirrt es uns gänzlich; denn vieles darin ist so vergilbt dass wir es kaum lesen können anderes steht klar da, ist aber ohne die nötige Qualifikation falsch und irreführend.

[/] Untersuchen wir // unsere // Sprache a u f i h r e R e g e l n h i n .

[/] Gibt es so etwas, wie eine komplette Grammatik, z.B., des Wortes ‚nicht‘?

<sup>14</sup> • Es ist von der größten Bedeutung, dass wir uns zu einem Kalkül der Logik immer ein Beispiel denken, auf welches der Kalkül wirklich angewandt wird, und nicht Beispiele, von denen wir sagen, sie seien eigentlich nicht die idealen, diese aber hätten wir noch nicht. Das ist das Zeichen einer ganz falschen Auffassung. Kann ich den Kalkül überhaupt verwenden, dann ist das // dies // auch die ideale Verwendung und d i e Verwendung, um die es sich handelt. Man geniert sich nämlich einerseits, das Beispiel als das eigentliche anzuerkennen, weil man in ihm noch eine Komplikation sieht für die der Kalkül nicht aufkommt. Aber es ist das Urbild des Kalküls und er davon hergenommen, und dies ist kein Fehler, keine Unvollkommenheit des Kalküls. Der Fehler liegt darin seine Anwendung in nebelhafter Ferne zu versprechen. [Versão anterior, datilografada: „andereits ist es doch das Urbild des Kalküls und er davon hergenommen, und auf eine geträumte Anwendung kann man nicht warten. Man muss sich also eingestehen, welches das eigentliche Urbild des Kalküls ist.“]

• Das ist aber kein Eingeständnis – als habe man damit einen Fehler gemacht // begangen //, den Kalkül von d a her genommen zu haben, sondern der Fehler liegt darin, ihn jetzt in nebelhafter Weise anzuwenden, oder eine Anwendung zu versprechen. // .... Oder eine Anwendung in nebuloser Ferne zu versprechen.//

## Referências bibliográficas

Obs.: Indicações de DS (datiloscritos) ou MS (manuscritos) foram sempre relativas a Wittgenstein, e remetem ao *Nachlass* (WITTGENSTEIN, 2000).

BAKER, G. 1997. “‘Our’ Method of Thinking about Thinking”. In *Wittgenstein’s Method: Neglected Aspects*. Ed. K. Morris. Malden, MA: Blackwell. p. 144–178.

FREGE, G. 1884. *Os fundamentos da aritmética*. Sel. e tr. Luís H. L. dos Santos, in *Peirce/Frege*. Sel. Armando M. d’Oliveira, SP: Nova Cultural (col. Os Pensadores), 1983. p. 197–276.

GERRARD, S. 1987. *Wittgenstein in transition: The Philosophy of Mathematics*. Chicago. 131 p. Tese de doutorado em Filosofia. Universidade de Chicago.

\_\_\_\_\_, 1991. “Wittgenstein’s Philosophy of Mathematics”, *Synthese*, Dordrecht, n.87, p. 125-142, 1991, Kluwer Academic Publishers.

HADOT, P. 2001. *La philosophie comme manière de vivre*. Paris: Albin Michel.

HILMY, S. S. 1987. *The Latter Wittgenstein – The Emergence of a New Philosophical Method*. Cambridge: Blackwell.

MORENO, A. R. 2004. “Erro, ilusão, loucura”. In PRADO Jr., Bento, com comentários de A. R. Moreno, S. Cardoso e P. E. Arantes. *Erro, ilusão, loucura*. SP: Ed. 34. p. 57-74.

\_\_\_\_\_, 2005. *Introdução a uma pragmática filosófica*. Campinas: Ed. da Unicamp.

\_\_\_\_\_, 2008. “Conceptions d’autonomie chez Wittgenstein: un parcours” (mimeo, inédito).

MORRIS, K. 2004. “Introduction”. In BAKER, Gordon. *Wittgenstein’s Method: Neglected Aspects*. Ed. K. Morris. Malden, MA: Blackwell. p. 22-51.

SALLES, J. C. 2006. “A caixa de gordura”. In *O retrato do vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto. p. 31-56.

WITTGENSTEIN, L. 1965. *The Blue and Brown Books – Preliminary Studies for the ‘Philosophical Investigations’*. Nova Iorque: Harper & Row.

\_\_\_\_\_, 1970. *Philosophische Bemerkungen*. Ed. Rush Rhees. Frankfurt: Suhrkamp.

\_\_\_\_\_, 1973. *Philosophische Grammatik*. Ed. Rush Rhees. Frankfurt: Suhrkamp.

\_\_\_\_\_, 1993. *Philosophical Occasions 1912-1951*. Ed. J. Klagge e A. Nordmann. Indianápolis: Hackett.

\_\_\_\_\_, 1994. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 2ª ed. bilíngue. Tr. e apresentação de L. H. L. dos Santos. SP: Edusp.

\_\_\_\_\_, 1997. *Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlick I – Textes inédits – années 1930*. Ed. A. Soulez, org. G. Baker, tr. C. Chauviré et al. Paris: P.U.F

\_\_\_\_\_, 2000. *Wittgenstein's Nachlass – The Bergen Electronic Edition*. Oxford University Press/University of Bergen.

\_\_\_\_\_, *Wittgenstein's Lectures – Cambridge, 1932-1935*, ed. Alice Ambrose. Nova Iorque: Prometheus Books.